

A influência da ideologia católica no Estado feudal português: a manutenção das condições materiais de produção feudais e suas conseqüências (superestruturais) para a cultura e para a educação*

Ricardo Antunes de Sá**

Introdução

Este texto tem por objetivo desvelar a influência que a ideologia católica (superestrutura) teve no desenvolvimento do modo de produção feudal que existia em Portugal e que, por extensão, reproduzia-se em suas colônias de além-Atlântico, no caso o Brasil. A hegemonia que a Igreja Católica exercia sobre os países ibéricos no processo de produção material e nas relações sociais decorrentes se manifestava também na cultura e na educação. Essa concepção “crística” que emanava do catolicismo permeava as instituições escolares da época, como por exemplo a Universidade de Coimbra e a corporação jesuítica. A ideologia de Roma mantinha uma relação imbricada com o Estado feudal português. Para manter a hegemonia ideológico-cultural, era preciso que não houvesse alterações das estruturas e relações de produção vigentes. Se a base material de pro-

* Trabalho apresentado à disciplina Planejamento e Organização da Educação Brasileira do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná.

** Professor do departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná.

dução se alterasse, todo o arcabouço jurídico-político da sociedade portuguesa sofreria, dialeticamente, alterações superestruturais.

Portanto, a argumentação que se quer objetivar ao longo deste raciocínio se detém na articulação entre a ideologia católica (superestrutura) – que influenciou e contribuiu sensivelmente no processo histórico-social para o isolamento econômico-social dos países ibéricos das conquistas do Mercantilismo e da ciência moderna e a base feudal de produção (infraestrutura).

Portugal feudal

Portugal representava uma referência no desenvolvimento do Mercantilismo europeu no século XVI. Com a contribuição da ciência náutica (Escola de Sagres), a metrópole portuguesa singrou os mares “inóspitos” do Atlântico, estabelecendo linhas de comércio com a África e a Índia. Apesar de nesse momento histórico os portugueses estarem capitaneando o comércio marítimo, a base produtiva que alicerçava sua superestrutura jurídico-política se mantinha feudal.

Com o desenvolvimento do “modelo econômico de transição” denominado Mercantilismo, com suas próprias “estruturas econômico-sociais, políticas e ideológicas” (Falcon, 1993, p. 23), surge uma determinada classe social que passará a deter uma grande concentração de riqueza (capital mercantil), que residirá nos burgos ou futuras cidades. Essa classe, que se tornará hegemônica, empreenderá a expansão do mercado comercial, consolidando esse modelo de desenvolvimento que, dialeticamente, infundirá novas possibilidades e necessidades materiais de desenvolvimento científico, que por sua vez criará condições objetivas concretas para o surgimento de um novo modelo de produção, que irá se desenvolver e superar o Feudalismo, em boa parte da Europa. O surgimento do novo modelo de produção que irá germinar e crescer no seio do processo mercantil encontrará condições mais favoráveis (histórico-sociais, econômicas e ideológicas) na Inglaterra.

Em Portugal, as condições infra-estruturais e superestruturais não proporcionam o avanço das forças produtivas em direção à superação do modelo feudal de produção. Os portugueses permaneciam “presos” ao “velho modelo”. Xavier resume bem o quadro econômico que se configurava no século XVI, quando diz que:

(...) a burguesia comandava o surto industrial, enquanto os senhores feudais peninsulares comandavam o regime de monopólio comercial a que ficou reduzida a exploração colonial nesta parte do continente. Enquanto predominava na Inglaterra o modo de produção capitalista, em Portugal dominava o modo feudal de produção, alimentado pela exploração de suas áreas coloniais. (Xavier, 1992, p. 67)

Como colônia, o Brasil então surge como um feudo da metrópole. Passou a servir de entreposto às viagens portuguesas, fornecendo matéria-prima necessária à acumulação do capital pela elite mercantil portuguesa. Assim, a economia portuguesa vivia uma contradição. Tinha um modelo feudal secular de produção e no entanto estava no bojo de um cenário mercantilista em processo de desenvolvimento rumo à construção das novas bases produtivas do capitalismo, capitaneadas pela Inglaterra. A antiga Lusitânia não estava acompanhando o processo de “modernização” das relações produtivas e sociais que se configuravam na Europa. Apesar de ter concentrado riqueza, ao longo do processo de comercialização, Portugal não mostrava alteração substancial em sua base produtiva (infraestrutura). Basbaum caracteriza bem as condições sócio-históricas de Portugal da época dizendo que:

Como nação, continuava Portugal um país pobre, sem capitais, quase despovoado, com uma lavoura decadente pela falta de braços que a trabalhassem, pelas relações de caráter feudal ainda existentes, dirigido por um rei absoluto, uma nobreza arruinada e quase sem terras e sem fontes de rendas, onde se salientava uma burguesia mercantil rica mas politicamente débil, preocupada apenas em importar e vender para o estrangeiro especiarias e escravos e viver no luxo e na ostentação. Era o país uma nação em que o feudalismo se desagregava por si mesmo, sem que se consolidasse um capitalismo sobre seus escombros. (Basbaum, 1957, p. 48-49
In: Ribeiro)

Dentro deste quadro, pergunta-se então o porquê de Portugal manter-se dentro mas alheio ao processo de desenvolvimento do capitalismo? Por que os países ibéricos não superaram, historicamente, o modelo feudal de produção e suas relações socioculturais decorrentes, como aconteceu na Inglaterra? É óbvio que não se pretende aqui dar uma resposta absoluta e definitiva, porém partir da compreensão gramsciana a respeito das re-

lações entre *estrutura (base econômica) e superestrutura (sociedade civil + sociedade política)* para tentar responder ao complicado anacronismo socioeconômico e cultural no qual Portugal permaneceu mergulhado.

O bloco histórico lusitano

Para Gramsci, “O estudo das relações entre estrutura e superestrutura é o aspecto essencial da noção de bloco histórico (...) tal vínculo, Gramsci qualifica-o de orgânico” (Portelli, 1990, p.15). Ou seja, há uma relação íntima entre a base econômica de determinada sociedade e suas instituições jurídico-políticas em um determinado momento histórico.

Marx dizia que “a transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura” (Marx, 1983, p.25). No entanto, a base econômica do modelo feudal lusitano não se alterou diante do quadro econômico, político e cultural, que se desenvolvia com o surgimento dos fundamentos do capitalismo.

Constrói-se este raciocínio para poder estabelecer uma possível compreensão dialética da relação entre o modo feudal de produção português (estrutura) e a ideologia católica do Estado (superestrutura). Esta como componente do aparelho ideológico do Estado lusitano “determinou” organicamente o processo de estagnação, por assim dizer, do modelo de produção e das relações sociais decorrentes.

Entende-se, pois, que no movimento contraditório da base material de produção com a superestrutura jurídico-política que existia em Portugal, o processo de desenvolvimento das forças produtivas não superaram o feudalismo por falta de condições materiais objetivas e, sobretudo, ideológicas. A ideologia da Igreja romana exercia uma forte hegemonia sobre as forças econômicas feudais portuguesas, que por conseqüência tinham desdobramentos no âmbito da cultura e da educação. O poderio da Igreja estava tão imbricado com as relações sociais e de produção, bem com os interesses do combalido Estado monárquico, que “reteve” os portugueses em uma cultura e em uma concepção medieval de sociedade. Gramsci faz uma alusão ao domínio da Igreja no período medieval quando diz:

A Igreja, após ter, sob o bloco histórico precedente, o quase monopólio da sociedade civil (“a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época”, a escola, a instrução, a moral, a justiça, a as-

sistência etc.), conservou uma boa parte desse domínio.
(Portelli, 1990, p. 27)

Assim, pois, o monopólio do conhecimento, do saber da época, dominado pela religião católica, por meio do seu domínio ideológico-religioso, do seu poder material (e não apenas espiritual), inviabilizaram os avanços da ciência moderna na Península Ibérica. As idéias, conceitos e concepções de sociedade burguesa que estavam sendo construídos à luz do novo modo de produção capitalista, tendo a religião protestante como um dos braços ideológico-religiosos e impulsionador das novas relações de produção, não se propagaram em Portugal.

A Igreja, após o Concílio de Trento, cria mecanismos, denominados de Contra-Reforma, que tinham como um dos seus objetivos combater os hereges protestantes. Para evitar que as idéias da Reforma se expandissem e trouxessem desestabilização político-ideológica à Península Ibérica (ao mundo católico), a corporação jesuítica foi chamada a cumprir seu papel, como diz Gramsci, de intelectuais orgânicos que representavam os interesses da classe dirigente, ou seja, “a categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria dos intelectuais organicamente ligados à aristocracia fundiária (...) com a qual partilhava a propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios do Estado vinculado à propriedade” (Portelli, 1990, p. 91). Cumpriam a missão de tornarem-se educadores da Igreja na evangelização dos povos. Desta forma, Ribeiro ressalta bem a missão desta corporação religiosa como aparelho ideológico do Estado lusitano na manutenção das condições político-econômicas e culturais (educação):

É assim que Portugal entre outras nações, se considera defensor do catolicismo e estimula a atuação educacional tanto no território metropolitano como no colonial, de uma ordem religiosa que se constitui para servir de instrumento de defesa do catolicismo e, conseqüentemente, de ataque de toda heresia. (Ribeiro, 1986, p. 26)

A ordem de Inácio

Observa-se, pois, que a ordem inaciana estava intimamente articulada com as políticas ideológicas do Estado português. Os jesuítas representavam os interesses da classe feudal dirigente no movimento superestrutural, como intelectuais orgânicos com vistas a articular a evan-

gelização e educação dos gentios na metrópole e nas colônias. Como intelectuais (tradicionais porque conservadores), os jesuítas, parafraseando Antonio Gramsci, seriam “uma espécie de funcionários da superestrutura (...) são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em concepção de mundo que impregna todo o corpo social” (Portelli, 1990, p. 87). Através da catequese e evangelização dos povos das colônias – no caso, o Brasil – os jesuítas criaram um método de ensino denominado *Ratio Studiorum*, que refletia toda a concepção de homem e de sociedade que a Igreja e a monarquia portuguesa (Estado) desejavam, a fim de que as estruturas do regime político e a ordem econômica não sofressem alterações substanciais. Sodré comenta sobre a estrutura e o conteúdo do ensino iniciano desenvolvido no Brasil dizendo que a

(...) cultura (era) importada em bloco do ocidente (...) inspirada por uma ideologia religiosa, católica, em cuja base residiam as humanidades latinas e os comentários das obras de Aristóteles solicitadas num sentido cristão. (Sodré, 1989, p. 15).

Desta forma, a ética católica que estava imersa no método educacional jesuítico não tinha a preocupação de inserir o homem, o cidadão, numa nova ordem político-social e econômica, portanto não existiam condições materiais e objetivas para a superação do modelo feudal de produção em Portugal. Movimento completamente diferente do bloco histórico existente nos países protestantes e capitalistas, sobretudo na Inglaterra.

A base cultural jesuítica estava alicerçada na escolástica e na cultura clássica, conteúdos e concepções completamente alheios às condições concretas da colônia. O padre Manoel da Nóbrega, chegando ao Brasil, em 1549, deparou-se com uma dada realidade adversa e distante das idealizações eclesiásticas. Apesar de intelectual da corporação, ao desenvolver o método jesuítico, tentou aproveitar a cultura existente na colônia. Segundo Ribeiro, Nóbrega pretendeu:

(...) catequisar e instruir os indígenas como determinavam os “regimentos” (...) a necessidade de incluir os filhos dos colonos (...) O plano de estudos (...) foi elaborado de forma diversificada com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever (...) Não tinha

de modo explícito a intenção de fazer ensino profissional à população indígena e outro à população “branca”. (Ribeiro, 1988, p. 23)

Apesar de Nóbrega propor um ensino que atendesse tanto aos filhos dos colonos quanto aos índios, após sua morte a ordem passou a orientar o ensino no Brasil pela imposição dos elementos da cultura européia (portuguesa): humanidades, filosofia e teologia. O índio não tinha mais acesso ao ensino que Nóbrega tinha tentado criar, e passou apenas a ser catequizado e escravizado. Ficou a educação jesuítica restrita aos filhos dos colonos, à futura elite colonial. As condições de organização da educação brasileira nos seus primórdios refletia, através dos intelectuais religiosos, uma preocupação com o conhecimento clássico e erudito europeu, como diz Sodré:

(...) a filosofia e a ciência não tiveram tempo de lançar raiz, e todos os defeitos desta cultura verbalista, escolástica, dogmática que herdamos dos portugueses (...) se infiltrou até a medula no ensino de todos os graus (...). (Sodré, 1989, p.18)

O aparelho de ensino estava assim reproduzindo, apenas, as condições histórico-sociais que existiam na cultura da metrópole. A ordem jesuítica, apesar dos esforços dissonantes de Nóbrega, conseguiu implantar o mesmo ensino elitista e medieval que existia em Portugal. É no bojo deste tipo de ensino que está explícito o caráter alienado e desinteressado das condições imediatas da sociedade. Enquanto nos países capitalistas a ética protestante era o braço ideológico-religioso que referendava o novo modelo de produção, que por seu turno criava novas necessidades, inclusive uma nova escola que atendesse aos interesses do novo bloco histórico da sociedade capitalista, em Portugal e aqui no Brasil a ética católica referendava o “velho modelo”. A organização escolar brasileira, desde os seus primórdios, atendeu somente a uma elite intelectual. Elite esta que reproduzia fielmente a concepção medieval, dogmática e teológica.

É importante captar o movimento dialético entre estrutura e superestrutura, ou seja, as condições de produção (as forças produtivas da sociedade) que existiam no Brasil do século XVI, que estavam articuladas às condições da metrópole, determinando as configurações das manifestações culturais e educacionais.

Conclusão

Depreende-se que as condições materiais de produção feudal, nas quais Portugal e Brasil estavam imersos, impediam que existissem ou se criassem novas articulações no nível da superestrutura jurídico-política. Não obstante, dentro do raciocínio que se procurou explicitar ao longo dessa reflexão, a intenção foi de evidenciar o movimento dialético no qual a Igreja, enquanto aparelho ideológico do Estado português, exerceu sua hegemonia (por meio da ideologia) a toda estrutura jurídico-política da sociedade lusitana. Contribuiu esta ideologia para que as forças produtivas se mantivessem sob a estrutura feudal de produção e para a manutenção da concepção de homem medieval e das relações daí derivadas, com conseqüências para a cultura e a educação promovidas pelo Estado, por intermédio dos intelectuais tradicionais: os jesuítas.

A educação jesuítica realizada no Brasil (e na metrópole) refletiu as necessidades de manutenção das condições socioeconômicas e das relações sociais e culturais portuguesas, promovendo um ensino para a elite colonial e outro aos índios e mestiços. Educação “humanista desinteressada” para a elite e (quando existia) educação manual (profissional) para o populacho.

A ética católica, enquanto instância superestrutural, referendou e articulou um modelo anacrônico, aristocrático e absolutista de desenvolvimento: o movimento histórico capitaneado pelo Estado católico português, que promoveu a “perpetuação” das condições materiais de produção feudal e estabeleceu relações de manutenção da cultura e educação medievais, com conseqüências até os nossos dias.

RESUMO

Este texto tem por objetivo desvelar a influência que a ideologia católica (superestrutura) teve no desenvolvimento do modo de produção feudal que existia em Portugal e que por extensão se reproduzia em suas colônias além-Atlântico, no caso o Brasil, à época do Mercantilismo. A hegemonia que a Igreja Católica exercia sobre os países ibéricos no processo de produção material e nas relações sociais decorrentes, manifestava-se também na cultura e na educação. Essa concepção “crística” que emanava do catolicismo romano permeava as instituições escolares da época, como por exemplo a Universidade de Coimbra e a corporação jesuítica. A ideologia de Roma mantinha uma relação imbricada com o Estado feudal português. A ideologia católica influenciou e contribuiu, sensivelmente, no processo histórico-social para o isolamento econômico, social e cultural

dos países ibéricos, das conquistas do Mercantilismo e da ciência moderna, mantendo uma prática material e espiritual medievais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASBAUM, L. História sincera da República: das origens até 1889. Rio de Janeiro: Livraria São José, v.1, p. 339. In: RIBEIRO, M. L. *História da educação brasileira*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- FRANCISCO, F. *Mercantilismo e transição*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- XAVIER, M. E. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas : Papyrus, 1990.